

Ata da 13ª Audiência Pública
Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo - CMPOP

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dezenove horas, na Universidade Federal Fluminense, teve início a 13ª Audiência Pública do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo - CMPOP, direcionada aos moradores dos bairros que compõem o Setor “N”, conforme descrito no anexo da Lei Municipal 2159/201, com o objetivo de dirimir dúvidas da sociedade e ouvir as demandas para inclusão na lei orçamentária do próximo ano. A Audiência Pública contou com a participação de 09 conselheiros que representam a sociedade civil, 07 conselheiros que representam o Poder Público e 101 cidadãos, cujas presenças estão assinaladas no Livro de Presença. Iniciando a audiência, o Sr. Vanderlei Campos, Presidente do CMPOP, falou da composição e do papel do CMPOP, apresentou os fundamentos legais que exigem a realização de audiências públicas como condição indispensável para aprovação das leis orçamentárias, relacionou demandas apresentadas em anos pretéritos e discorreu sobre os dois processos de coleta de informações dos municípios para orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual para dois mil e vinte. Acrescentou que as audiências públicas se estenderão até treze de junho, seguindo-se a análise das indicações e discussões com o Poder Público, que tratará da exequibilidade das mesmas. No mês de setembro, a população será novamente convocada para apreciar as conclusões das discussões. Logo após, o Sr. Sérgio Azevedo, assessor da Secretaria de Gestão Pública, destacou o empenho da administração em cumprir o rito legal. Aproveitou a oportunidade para apresentar os membros do Poder Executivo presentes na reunião, que se manifestariam na medida em que fossem requisitados. Como marco inicial para discutir as demandas futuras, restou esclarecido que para o ano corrente há uma emenda impositiva, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para construção de uma praça na Avenida Brasília, quadra 45, lotes 7, 8 e 9 e uma previsão de empenho no valor de R\$ R\$ 721.908,89 (setecentos e vinte e um mil novecentos e oito reais e oitenta e nove centavos), e para concluir a pavimentação da Rua Fortaleza. Em seguida, a palavra foi franqueada aos presentes e ouviram-se manifestações de vinte cidadãos, moradores do Setor “N”, intercaladas com esclarecimentos prestados pelos representantes do Poder Público. Durante a realização da audiência pública foram coletados três formulários relacionando as prioridades apontadas pelos participantes presentes. As manifestações expressas pelos participantes trazendo queixas e sugestões estão resumidas a seguir: Educação infantil: pede-se construção de uma creche (há dois terrenos na Rua Rio de Janeiro com Rua Ágata). Meio Ambiente: contaminação da lagoa; limpeza de terrenos baldios (moradora fez mapeamento e ouviu dos agentes que eles não atuavam por conta das condições precárias das ruas); manutenção das áreas verdes da UFF; árvores impróprias prejudicam a iluminação. Saneamento: irregularidade no abastecimento de água causa interrupção das atividades na UFF; as chuvas de maio impediram a locomoção dos moradores; adequação do Projeto de Saneamento dos bairros Jardim Bela Vista e Ouro Verde (este projeto é de 2004 e precisa de adequação com as medições da topografia realizadas em dezembro de 2018. O prefeito Marcelino havia prometido isto para 30 de abril deste ano. Não foi realizado).

Continua➔

Continuação ↓

Saúde: pede-se posto de saúde porque o posto de saúde do Marilea está superlotado (há dois terrenos na Rua Rio de Janeiro com Rua Ágata); Segurança Pública: segurança precária no entorno da UFF; ronda escolar noturna; mais policiamento com a presença das rondas realizadas pela PM; abastecimento das viaturas em Macaé traz ineficiência. Transporte: ampliação do horário de circulação das vans, fiscalização dos itinerários e do estado dos veículos; semáforo com botão em frente à UFF; conclusão da licitação do transporte público. Urbanismo: manutenção deficiente da iluminação pública; muitos se manifestaram contrários à construção da praça. A Audiência Pública foi encerrada às vinte e uma horas e trinta minutos e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Pedro Barbosa de Carvalho – Vice-presidente e Secretário “ad-hoc” e Vanderlei Campos, Presidente do CMPOP.

Pedro Barbosa de Carvalho
Secretária “ad-hoc”

Vanderlei Campos
Presidente CMPOP